



ANEXO I

ALGUMAS ORIENTAÇÕES INSTITUCIONAIS E LEGAIS QUE SUBSIDIARAM A ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UFFS

O texto que segue constitui um recorte do Documento Base da I Conferência das Licenciaturas da UFFS e contribuiu, junto com outros documentos legais, institucionais e da literatura educacional, com o processo de discussão e proposição das últimas etapas da Conferência, nas quais foi elaborada e aprovada a proposta de política de formação de professores da UFFS, posteriormente encaminhada à Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis para apreciação. Em sua composição, o texto é integrado: a) por um conjunto de princípios formativos, recolhidos de documentos institucionais; b) por algumas orientações legais, recolhidas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica (Resolução 02/2015 do CNE); c) por reflexões sobre as limitações, desafios e possibilidades de superação associadas à formação de professores da UFFS, recolhidas das etapas iniciais da Conferência.

Considerando a importância dessas orientações para a compreensão da Política Institucional aqui aprovada e para a sua implementação, estas contribuições foram anexadas à presente Resolução, conforme decisão da Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis.

Destaque-se que, além dessas orientações, o Documento Base também foi integrado por um conjunto de textos de aprofundamento temático, que estabeleceram um diálogo com a literatura da área educacional e abarcam reflexões acerca do currículo, do conhecimento e da organização pedagógica, da inclusão, da docência como profissão, da gestão política e pedagógica e da relação com a escola e com a comunidade regional. Com base nas orientações iniciais e nas reflexões da literatura, foi sistematizado um conjunto de princípios, diretrizes e ações, que foram objeto de análise e proposição, a partir das quais foi construído o documento final da Conferência.

I – Princípios institucionais

A UFFS é fruto de um esforço histórico coletivo e regional, capitaneado pelos movimentos sociais localizados no âmbito da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, que apostaram na universidade pública como uma perspectiva de democratização do acesso à educação superior e da produção do conhecimento. Sua criação integra uma política mais ampla de interiorização do ensino superior público federal e de ampliação da oferta de vagas, desenvolvida a partir do segundo mandato do governo Lula (2007-10), que concebe a universidade pública como fator essencial para o desenvolvimento humano, em suas múltiplas dimensões, e a sua interiorização como perspectiva de estendê-lo a todas as regiões do país.

Em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a UFFS traduz seu compromisso com a democratização do acesso e da produção do conhecimento, propondo-se a ser uma “universidade pública e popular” (princípio IX). Adota como ponto de partida o combate às desigualdades sociais e regionais e a criação de estratégias que assegurem aos grupos sociais menos favorecidos do campo e da cidade a igualdade de condições de acesso e de permanência (princípio IV), bem como o respeito à pluralidade de ideias,



à diversidade cultural e à garantia da participação dos diferentes sujeitos sociais (princípio V).

Além dessas orientações gerais de cunho democrático e voltadas às condições de acesso, permanência e participação dos diferentes sujeitos sociais, o documento também define um conjunto de princípios focados no desenvolvimento de novas práticas de formação, capazes de contribuir com a superação dessas condições iniciais de desigualdade: a) a busca da melhoria da qualidade da educação básica pública, expressa entre outros aspectos, no comprometimento institucional com a formação de professores deste nível de ensino (princípio III); b) a definição da qualidade da educação, concebida como formação para a cidadania e para o desenvolvimento sustentável e solidário (princípio IV), organizada na forma de domínios formativos, que buscam integrar a cidadania, a interdisciplinaridade e a profissionalização, em contraponto à fragmentação, positividade e autolegitimação do conhecimento; c) o compromisso com o avanço da arte e da ciência, orientados para a busca de melhoria das condições de vida da população (princípio X); d) a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão desde a origem da universidade (princípio II), em que a extensão é compreendida como mola propulsora da investigação e seus resultados retroalimentam o ensino, tornando-o social e historicamente relevante.

Reconhece, todavia, que tais princípios, por si sós, são insuficientes para produzir uma efetiva democratização do conhecimento e da sociedade, uma vez que as instâncias de controle social encontram-se crescentemente concentradas nas mãos de grupos econômicos, organizados política e culturalmente em escala mundial, razão pela qual estabelece como premissa geral a busca da superação da matriz produtiva (princípio IX).

Ainda em seu primeiro ano de funcionamento (2010), a UFFS realizou uma importante conferência, a I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (I COEPE), concebida como primeira por tratar-se de uma previsão de continuidade, que teve por objetivo geral construir agendas e definir rumos para as áreas acadêmicas da nascente universidade. Tratava-se, então, de estabelecer as diretrizes da área acadêmica, tendo por base os princípios institucionais lançados no PPI e buscar aproximar as expectativas da comunidade regional e as experiências de formação acumulada pelos integrantes da comunidade acadêmica.

Em suas preocupações iniciais, a COEPE ocupou-se com a definição da qualidade acadêmica, aplicável ao ensino, à pesquisa e à extensão. Através dessa definição, procurou conferir materialidade aos princípios institucionais que projetam o desenvolvimento de uma universidade pública e popular. No âmbito dessa Conferência, o conceito de qualidade emergente contrapõe-se à concepção meritocrática de qualidade, fortemente arraigada na cultura universitária e legitimadora das desigualdades sociais, passando a ser integrada pelos seguintes princípios: 1) humanismo; 2) pluralidade; 3) justiça cognitiva; 4) autonomia intelectual; 5) cooperação; 6) sustentabilidade; 7) transformação social; 8) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 9) interdisciplinaridade. Tais princípios foram incorporados ao Regulamento da Graduação da UFFS.

As orientações gerais definidas no PPI da Universidade e as diretrizes das áreas acadêmicas definidas no documento da COEPE têm orientado a construção de políticas e programas de ensino, pesquisa e extensão ao longo dos anos que sucederam a realização dessa Conferência Institucional. Nesse âmbito, estão incluídas as políticas de ingresso e permanência, a organização do currículo institucional, a definição dos perfis de formação dos cursos de graduação e a organização dos respectivos projetos



pedagógicos, a concepção e organização dos estágios, as monitorias acadêmicas, a iniciação à pesquisa, extensão e cultura, a criação de grupos de estudo, a organização e/ou participação em eventos acadêmicos, a realização de viagens de estudo, a autoavaliação dos cursos e a formação continuada dos docentes, entre outros, que foram objeto de discussão e de regulamentação definidos processualmente pela comunidade acadêmica. A I Conferência das Licenciaturas, em seu movimento inicial, se propôs a avaliar o desenvolvimento dessas políticas no âmbito das licenciaturas e propor perspectivas que as integrem e qualifiquem no âmbito da formação de professores da educação básica pública.

II – As orientações legais

A Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica deverá atender ao disposto na legislação educacional, de modo especial, à Resolução N° 2, de 1° de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica. Tais diretrizes estabelecem um conjunto de orientações, dentre as quais merecem destaque, para os fins aqui propostos de elaboração de uma proposta institucional de formação de professores:

I – que a formação inicial e continuada dos professores da educação básica seja articulada com as diretrizes curriculares nacionais para a educação básica (Considerandos iniciais) através de um projeto formativo institucional, com identidade própria, associado ao PPI e o PDI da IES (Art. 1° e seus parágrafos I e II, Art. 9°), articulado com as faculdades e centros de educação, departamentos e cursos de áreas específicas e fóruns de licenciatura (Art. 11, inciso II) e com a pós-graduação (Considerandos iniciais e Art. 19);

II – que o projeto formativo institucional esteja embasado nos princípios que norteiam a base comum nacional para a formação inicial e continuada: a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria-prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da educação; e) gestão democrática; f) avaliação e regulação dos cursos de formação (Considerandos iniciais);

III – que o projeto formativo tenha por foco a formação de professores da educação básica, em suas etapas e modalidades, e que o exercício do magistério compreende o ensino, a gestão da educação e dos processos educativos e a produção e difusão do conhecimento (Art. 3°, 10, 11 e 13);

IV – que a docência seja concebida como atividade intencional e metódica que mobiliza e articula saberes conceituais, contextuais e pedagógicos no seu planejamento, desenvolvimento e avaliação (Conceitos introdutórios, Art. 2° e 7°);

V – que o currículo seja estruturado em núcleos formativos que estabeleçam um equilíbrio entre o conhecimento teórico (sólido e interdisciplinar), o conhecimento da instituição escolar e de seus processos formativos e a prática educativa (Art. 3°, 12 e 13);

VI – que os projetos formativos sejam definidos e desenvolvidos mediante uma interação contínua com a instituição escolar e os sistemas de ensino (Art. 11), sendo a escola compreendida como espaço necessário à formação dos profissionais do magistério (§ 5° do Art. 3°) e a inserção dos estudantes no contexto escolar definida como necessária (§ 6° do Art. 3°);

VII – que seja assegurada a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a



extensão no âmbito dos projetos formativos, incluindo a pesquisa educacional (Considerandos iniciais, §5º do Art. 3º);

VIII – que os projetos formativos atendam às cargas horárias previstas para a organização curricular, incluindo a prática como componente curricular (Art. 13);

IX – que os projetos formativos atendam aos dispositivos legais referentes à inclusão, à diversidade étnico-racial, sexual, religiosa, de gênero, educação especial, LIBRAS, entre outros (§ 2º do Art. 13);

X – que o egresso do percurso formativo seja dotado de conhecimentos e habilidades que o qualifiquem para compreender a complexidade do ato educativo e desenvolver as funções de magistério na educação básica, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética (Art. 7º e 8º).

III – O diagnóstico das licenciaturas: limites e desafios

O diagnóstico das licenciaturas, desenvolvido nas etapas de avaliação da I Conferência das Licenciaturas da UFFS, lança um conjunto de desafios e aponta para um conjunto de encaminhamentos a serem incorporados à construção da Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica. Constitui o terceiro referencial para a construção da política, que se integra às orientações legais e institucionais destacadas anteriormente.

a) Eixo temático 1: Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) das Licenciaturas: consistência, fragilidades, inovação pedagógica, perfil do egresso

Ao analisar os Projetos Pedagógicos, a comissão de sistematização dos trabalhos organizou as reflexões dos grupos em torno das seguintes categorias de análise: i) o currículo e a formação de professores; ii) a natureza da docência; iii) a articulação entre teoria e prática; iv) a interdisciplinaridade; v) a legislação e as políticas pertinentes ao campo da formação de professores; vi) a gestão e estrutura dos processos político-pedagógicos; vii) a formação dos formadores de professores; viii) a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

No contexto da análise, além de outros aspectos, foi destacado um conjunto de limitações e desafios, dentre os quais merecem destaque: a) a desarticulação entre os PPC dos cursos de licenciatura e os princípios institucionais declarados no PDI, PPI e documento final da I COEPE; b) a desarticulação entre os diferentes cursos de licenciatura, pois os PPC são pensados de forma individualizada, sem uma definição conjunta acerca do perfil de professor que a UFFS deseja formar e sem vinculação clara com o projeto institucional, de forma que se aproximam das características dos bacharelados; c) a docência não vem assumindo centralidade nos processos formativos das licenciaturas e não há clareza sobre os saberes necessários ao seu exercício, que envolvem, entre outros, a articulação entre teoria e prática e entre ensino, pesquisa e extensão; d) a organização, a oferta e o desenvolvimento dos processos formativos ocorrem no formato disciplinar, embora o currículo institucional se estruture sob o princípio da interdisciplinaridade através dos Domínios Comum, Conexo e Específico; e) o diálogo com as redes de ensino ainda é bastante tímido, e a escola raras vezes vem sendo constituída em objeto de estudos e pesquisas no âmbito dos cursos de licenciatura da UFFS.

Diante dessas limitações, foi apresentado um conjunto de proposições, das quais



se destacam: a) a necessidade de construir uma proposta político-pedagógica institucional para as licenciaturas que atenda e articule as dimensões elencadas; b) a construção, em cada *campus*, de um Centro de Educação como Unidade Acadêmica encarregada da execução da política institucional de formação de professores; c) a busca de integração dos tempos e espaços de formação e a otimização dos processos de gestão vinculados à organização de grupos de estudo, iniciação à pesquisa, monitorias, oferta de componentes optativos, ACC, etc.; d) a reorganização dos estágios e das práticas de ensino junto à escola, a partir de uma proposta comum das licenciaturas; e) o compartilhamento de princípios formativos vinculados às questões socioambientais, étnico-raciais, de gênero, de inclusão e interculturais; f) a investigação de problemáticas de formação, tais como reprovação, repetência, evasão, de modo a operar com dados mais claros, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos; g) a institucionalização do Fórum das Licenciaturas como espaço de estudos, debates e proposição de políticas no âmbito da formação de professores da UFFS.

b) Eixo Temático 2: Política de ingresso/permanência, evasão e retenção: avanços e fragilidades

No documento síntese, o foco da análise das reflexões deste eixo recaiu sobre a evasão, sendo identificados aspectos relacionados ao âmbito individual, institucional e socioeconômico.

Quanto aos limites e desafios registrados no texto, entre outros aspectos, merecem destaque as seguintes constatações: a) a UFFS tem dificuldade em identificar os problemas de ensino e aprendizagem dos estudantes e, por isso, não consegue identificar os alunos com probabilidade de evasão; b) há falta de preparo e atualização didático-pedagógica do corpo docente, desconhecimento do projeto formativo da UFFS e do público-alvo das licenciaturas; c) os currículos não estão focados na formação docente, e alguns componentes curriculares possuem pré-requisitos muito rígidos que inviabilizam a continuidade do curso caso ocorra uma reprovação em CCR básico; d) as condições de infraestrutura e o acervo das bibliotecas ainda são limitados e insuficientes; e) não há mecanismos para enfrentar o problema da retenção; f) há dificuldades em conciliar a vida de trabalhador com a vida de acadêmico (disposição física e intelectual e falta de tempo para estudar), e o conflito de culturas, entre aquela que o acadêmico conhece da sua cidade de origem e aquela onde está inserido, precisa ser avaliado; g) a desvalorização da profissão de professor em todos os aspectos (social, econômico e cultural) serve de estímulo à desistência de cursar as licenciaturas.

Diante dessas limitações, foi lançado um conjunto de proposições, dentre as quais se destacam: a) a necessidade de um trabalho mais articulado entre Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), Coordenação Acadêmica, Colegiados dos cursos, Setor de Assuntos Estudantis, DCE e Fórum dos coordenadores, envolvendo toda a comunidade acadêmica; b) a revisão dos critérios de retirada de auxílio do aluno que possui reprovação; c) a divulgação sistemática e efetiva do perfil do egresso de cada curso, indicando as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e habilitando o futuro universitário a fazer uma avaliação mais realista de seus desejos e/ou potencialidades antes do ingresso em um curso de nível superior; d) a necessidade de romper com uma visão simplista da rotina acadêmica, através de propostas de trabalho qualificadas que oportunizem a usufruir as atividades oferecidas pela Instituição; e) a construção de uma política de grupos de estudos entre discentes; f) a necessidade de investigar e analisar dados de tendência de desistência e reprovação nas fases iniciais dos cursos;



g) identificação das dificuldades básicas de aprendizagem como alternativa de superação dos desafios acadêmicos vinculados ao desenvolvimento das monografias, trabalhos de conclusão de curso (TCCs) e estágios, que são motivadores do processo de evasão; h) a necessidade de aperfeiçoar o processo seletivo, visando aproximar os conhecimentos do aluno com o perfil ideal do ingressante requerido pelo curso, em concordância com os Projetos Pedagógicos dos Cursos, minimizando o número de alunos sem identificação com o curso; h) a reavaliação do campo de atuação do Núcleo de Apoio Pedagógico, que se propõe a dar suporte aos docentes, tem atingido o objetivo de refletir com os professores, de maneira individual e coletiva, sobre metodologias de ensino, dificuldades acadêmicas, números de evasão e retenção e seus motivos, assim como a proposição de ações para sua prevenção e superação, principalmente nos casos das disciplinas com maior índice de trancamento, desistência e retenção; i) a oportunidade de momentos de formação que mobilizem os professores para rever sua postura de ensino, adaptando-a diante das necessidades específicas do público-alvo que a UFFS optou para garantir acesso; j) a discussão e avaliação da viabilidade e implementação de alternativas – monitorias, tutorias, programas de nivelamento, etc..

c) Eixo Temático 3: Quadro docente das licenciaturas: titulação, produção, política e ações de formação continuada dos professores das licenciaturas na UFFS

As análises desse eixo temático focaram na titulação e na produção docente e avaliaram sua vinculação e seu compromisso com a formação de professores da educação básica pública.

Quanto aos limites e desafios apontados, entre outros aspectos, destacam-se: a) o reconhecimento de que a UFFS não tem construído uma política para a contratação docente vinculada ao perfil de formação constante nos princípios institucionais e nos PPC das licenciaturas, sendo comum a seleção dos candidatos através de bancas de pesquisadores especialistas na respectiva área de conhecimento; b) o registro de que o quadro docente das licenciaturas na UFFS responde, em geral, ao formato 3+1 (formação específica + formação pedagógica definida pela legislação pré-LDB), sendo a formação para o exercício da docência na educação básica confiada a um grupo pequeno de docentes, em geral 2 ou 3, com formação no ensino, sem conexões claras com o Domínio Conexo das licenciaturas; c) a identificação das produções e publicações fortemente voltadas para as áreas específicas de formação dos docentes, nas quais a escola raramente figura como objeto de investigação; d) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está focada nas ações individuais do docente, especialmente em seus projetos de pesquisa, devido à falta de políticas integradoras e de programas mais contínuos que articulem, no âmbito dos projetos dos cursos, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Para superar essas limitações, foram lançadas, entre outras proposições, as seguintes: a) construir uma política institucional para a contratação docente que fortaleça a seleção de professores qualificados para atuar nas licenciaturas; b) promover a participação do conjunto dos docentes das licenciaturas em programas de ensino, pesquisa e extensão vinculados à formação continuada dos professores das escolas da educação básica; c) fortalecer o diálogo entre graduação e pós-graduação *stricto sensu* de forma que esta assumas as dimensões do currículo institucional e as preocupações com a formação docente para o âmbito da pós-graduação; d) construir uma política institucional que integre mais fortemente as atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos PPCs; e) construir um centro de formação de professores (de graduação e pós-graduação) em cada *campus*, tendo por base as áreas nucleares já existentes nos



campi; f) construir políticas de formação continuada para os docentes das licenciaturas e fortalecer o campo de atuação do NAP, vinculando a progressão dos docentes às participações nas atividades de formação continuada por ele promovidas.

d) Eixo Temático 4: Gestão pedagógica dos cursos de licenciatura: o papel do NDE, dos colegiados e do coordenador de curso

As análises dessa temática estão voltadas para a atuação das coordenações de curso, NDEs e colegiados de curso.

Com relação aos limites e desafios apontados, entre outros aspectos, merecem destaque: a) a ausência da cultura do planejamento coletivo, envolvendo a discussão de projetos de ensino, pesquisa e extensão e dos planos de ensino; b) a evidência de que o currículo institucional, estruturado na forma de domínios curriculares, opera, de fato, de forma fragmentada, e o Domínio Conexo, que tem função primordial na integração das licenciaturas, não tem conseguido produzir as conexões necessárias dentro e fora do curso; c) a existência de pouca integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão e a dificuldade que os cursos têm de perceber a pesquisa e a extensão como parte do currículo, do percurso formativo, e de integrá-las no processo de planejamento e de ações do curso; d) a observação, em muitos cursos, de altos índices de evasão e retenção, os quais vêm se naturalizando, sendo poucas as iniciativas desenvolvidas pelos colegiados e NDEs com vistas à reversão desse quadro; e) a falta de sintonia com o compromisso institucional da formação de professores para a docência na educação básica, na maioria dos cursos, na composição do quadro docente, especialmente quando da definição do perfil do profissional para contratação dos professores; f) a política de contratação resultou numa certa cultura bacharelesca, que se reproduz no âmbito dos projetos de iniciação científica e dos TCCs, e que faz com que os colegiados e NDEs encontrem grande dificuldade em refletir e discutir os problemas didático-pedagógicos vinculados ao exercício da docência na educação superior, como o planejamento, a avaliação, a aprendizagem, a reprovação e a evasão, a educação inclusiva, entre outros; g) uma grande rotatividade docente e no exercício das funções de coordenação de curso, assim como pouco preparo para o exercício desses cargos; h) a pouca adesão dos professores às tarefas coletivas, pois muitos só se ocupam com seus projetos individuais, fator que resulta na concentração de atividades formativas da docência em torno de um grupo reduzido de professores; i) a sinalização de que muitas ações das pró-reitorias são desarticuladas, o que ocasiona a sobreposição de ações e planejamentos.

Em busca da superação dessas limitações, foi feito um conjunto de apontamentos, dentre os quais destacamos: a) repensar e fortalecer o Domínio Conexo, tornando-o um espaço de reflexão/formação da docência na UFFS; b) garantir que a coordenação dos cursos exerça sua função pedagógica e trabalhe para que ela seja mais articulada com as demais licenciaturas; c) organizar momentos de planejamento coletivo, seminários, mesas-redondas, em que os docentes das áreas possam refletir sobre o currículo, as práticas e ações pedagógicas, as relações entre os conteúdos, assim como fazer avaliação geral do curso envolvendo questões acadêmicas e pedagógicas do curso; d) planejar mais integradamente a oferta de componentes curriculares e a construção dos horários no âmbito das licenciaturas; e) diagnosticar os processos de evasão e retenção e promover ações mais efetivas no âmbito dos colegiados para sua superação; f) fortalecer a integração no planejamento e desenvolvimento de ações, projetos e políticas no âmbito das pró-reitorias e dos colegiados de curso.



e) Eixo Temático 5: A relação das licenciaturas com a educação básica e com a comunidade regional: estágios, extensão, formação continuada, pesquisa, PIBID, entre outros.

Os trabalhos vinculados a esse eixo temático tiveram como foco, entre outros, a problematização: a) dos processos de ensinar e de aprender; b) dos processos avaliativos; c) da organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão; d) da integração entre escola, universidade e comunidade; e) da formação inicial e continuada dos professores.

Quanto aos limites e desafios identificados, entre outros aspectos, destacam-se: a) os cursos de licenciatura possuem propostas distintas na organização dos estágios, no que se refere à quantidade e duração de espaços e tempos de estágio e aos pressupostos teóricos e encaminhamentos metodológicos no seu locus profissional – a escola; b) o reconhecimento da existência de uma distância entre os conhecimentos trabalhados nos componentes curriculares específicos dos cursos, os conhecimentos presentes historicamente na escola e a prática docente na educação básica; c) uma sobreposição de carga horária de componentes curriculares específicos em relação aos componentes curriculares de ensino, especialmente, no caso dos estágios, na construção das propostas pedagógicas e na organização das atividades dos cursos; d) uma grande dificuldade em avançar na formação interdisciplinar no âmbito da universidade e na relação com a escola, diante dos currículos fragmentários institucionalizados; e) os processos formativos das licenciaturas não contemplam um conjunto de temas fortemente presentes nas escolas, tais como alunos cegos, surdos, cadeirantes, com déficit de atenção e hiperatividade; violência no espaço da escola e da comunidade; consumo de bebidas etanólicas e consumo de cigarro e outras substâncias psicotrópicas; aspectos relacionados à sexualidade, questões étnico-raciais, etc.; f) os programas e projetos de ensino e pesquisa são pouco orgânicos e, em geral, sem continuidade, por não estarem integrados aos PPC; g) a compreensão de pesquisa e de professor-pesquisador é, em geral, restrita à realização de investigações científicas por áreas do conhecimento, com sobreposição de trabalhos realizados por integrantes das licenciaturas nas escolas e as pesquisas realizadas nas escolas respondem somente aos interesses do pesquisador, estando pouco conectadas com a formação de professores da educação básica.

Em busca da superação dessas limitações, foi feita uma série de apontamentos, dentre os quais merecem destaque: a) a necessidade de ampliar os diálogos entre a Universidade e a sociedade para definir temas e ações socialmente relevantes e que contribuam com o aprendizado/conhecimento dos estudantes; b) o reconhecimento da especificidade dos estágios das licenciaturas e a organização de fóruns permanentes de discussão acerca do ECS; c) a necessidade de construir uma matriz curricular imbricada com a escola, configurada por meio de exercícios de aproximação do estudante do início ao final do curso, convertendo a escola em locus de formação inicial e continuada; d) a organização de espaços integradores de discussão interdisciplinar e a ampliação de laboratórios de ensino; e) a definição de projetos “guarda-chuva”, de longa duração, abrangendo as diferentes áreas de conhecimento dos professores e articulando ensino, pesquisa e extensão; f) a necessidade de contemplar temáticas que abrangem conteúdos escolares da educação básica, envolvendo a educação especial, educação integral, educação das relações étnico-raciais, educação ambiental, educação popular, educação escolar indígena, diversidade, educação do campo, entre outros; g) a necessidade de rever a concepção de pesquisa e pesquisador e articular os TCCs com a formação de professores e os estágios.